



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Lista do Fachin

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB) emitiu comentário em sua página do Facebook após a divulgação da lista com os nomes dos suspeitos de receber propinas - inclusive personagens do partido tucano. "Com a divulgação pelo Supremo dos ocupantes de cargos com foro privilegiado a serem investigados na forma da Lei, a Justiça faz o Brasil dar um passo à frente. Da minha parte, reitero o meu apoio às investigações, independente dos interesses partidários. O interesse maior a ser respeitado é o do povo brasileiro."

Em Várzea 1

Os vereadores Juarez Gilberto Cardoso (PDT) e Guilherme César Zafani (PSC) foram à tribuna da Câmara de Várzea Paulista, na noite de terça-feira (11), relatar preocupação com o rumo que irá tomar a obra de construção do shopping da cidade. A dúvida deles: será construído um shopping ou haverá outra espécie de empreendimento no terreno cedido pela Prefeitura de Várzea?

Em Várzea 2

Os vereadores Weslen Gomes Campos (PTN) e Paulo Roberto de Almeida (PCdoB) são autores de uma indicação em que pedem a construção de uma pista de caminhada no campo do Jardim Promeca. Weslen foi à tribuna para comentar o assunto. "Quando atendida esta solicitação, será uma providência que trará grandes benefícios para a comunidade daquele bairro", afirmou.

Até dinheiro

O vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) tem recebido várias solicitações inusitadas pela sua página do Facebook, e-mail e até WhatsApp. Segundo ele, além das demandas comuns à comunidade como segurança e limpeza de terrenos, nos últimos dias, as solicitações de emprego e até de dinheiro chegaram ao parlamentar. Ele se mostra assustado com a situação, apontando a crise econômica nacional como fator determinante.

Temer saiu da mesa

Em sua delação premiada, Marcelo Odebrecht afirmou que o presidente Michel Temer se levantou da mesa de um jantar em 2014 no momento em que se falou de uma doação de R\$ 10 milhões para campanhas do PMDB daquele ano. À época, Temer era candidato a vice-presidente, na chapa de Dilma Rousseff. O encontro aconteceu no Palácio do Jaburu e foi um "shake hands" (aperto de mãos), segundo palavras do herdeiro da empresa, em referência ao fato de ser apenas um momento protocolar para firmar algo que estava acertado previamente. Marcelo deixa claro, porém, que mesmo ausente da mesa no momento em que os valores foram tratados, o presidente sabia o tema e da negociação e a quantidade do apoio. (Folhapress)

► NA PALMA DA MÃO

Aplicativo da Prefeitura de Jundiá será lançado segunda-feira (17) e oferecerá 70 serviços para a população

Jundiá cria 'APP' para facilitar acesso de cidadãos a serviços

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Uma das metas da administração do prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), é colocar em prática o governo digital. Grande passo será dado na próxima segunda-feira (17), quando será lançado um aplicativo para dispositivos móveis (APP) que oferece 70 serviços e assuntos para facilitar a vida da população. O sistema é a primeira fase de um projeto que engloba a digitalização de boa parte dos serviços públicos.

"O lançamento será na segunda-feira, mas a plataforma para Android já está disponível para download na Play Store (dos aparelhos celulares). A partir do cadastro é possível ter acesso a 70 serviços e assuntos disponibilizados com base nas plataformas de governo para a população. Teremos economia em vários aspectos: de tempo, de processos e de papel. Tudo isso resulta em uma administração mais eficiente para o município, que terá o governo na palma da mão", enfatiza o gestor



APLICATIVO O download do APP para sistemas Android já está disponível pela Play Store; lançamento oficial será segunda-feira

de Governo e Finanças de Jundiá, José Antonio Parimoschi. Ainda não é possível mensurar qual o valor econômico do programa, que é lançado logo após a remodelação do portal da administração. "Somente nos atendimentos do serviço 156, a solicitação feita pelo aplicativo é mais rápida, já que não passa pela triagem.

Vai direto para o departamento que cuida da capinagem, cata-treco, praças públicas, entre outros", detalha.

Na apresentação de 100 dias de governo, realizada na última terça-feira (11), o prefeito Luiz Fernando ressaltou a necessidade de digitalizar o governo e tem o processo como um dos principais

objetivos para este ano.

Sem custo

O desenvolvimento do aplicativo, que já pode ser baixado como 'Prefeitura de Jundiá', foi feito pela equipe da Companhia de Informática de Jundiá (Cijun) e não exigiu investimentos. "A plataforma já é existente e fizemos

o desenvolvimento do aplicativo tanto para os sistemas Android quanto IOS. Foram usados recursos da casa para o desenvolvimento, que tem por objetivo disponibilizar serviços mais demandados pelos municípios", comenta o presidente da Cijun, Amauri Marquezi. Segundo o presidente, para se chegar ao menu do APP foram realizadas reuniões e encontros entre os gestores das unidades de governo com o objetivo de definir os serviços disponíveis.

Serviços

A partir do aplicativo, será possível agendar consultas, encaminhar solicitações, verificar a agenda cultural, cardápio de merenda, além de serviços relacionados a finanças, como impressão de segunda via de tributos. "A interface do APP é baseada nas plataformas. É um canal rápido para atendimento", detalha.

Segundo Marquezi, a intenção é evoluir o aplicativo e lançar outras temáticas, como segurança e transporte. Até o final do ano, segundo o Executivo, devem ser lançados novos APPs.

► STF/LAVA JATO

Odebrecht diz ter pago R\$ 5,2 mi por propina em obra de Aécio

A Odebrecht diz ter pago R\$ 5,2 milhões a um homem de confiança de Aécio Neves (PSDB-MG) entre 2007 e 2009, como pagamento pela sua participação na construção da nova sede do governo mineiro. A empreiteira disse entender que a propina iria para campanhas futuras do então governador tucano.

A informação está na delação de Benedicto Júnior, o BJ, ex-presidente de Infraestrutura da Odebrecht. Conforme a Folha de S.Paulo revelou no começo do ano, BJ depois disse que recebeu pessoalmente de Aécio a instrução de procurar Oswaldo Borges da Costa Filho, então presidente da Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de MG), para discutir a divisão de trabalho da obra.

O senador nega o relato do ex-executivo, e afirma nunca ter pedido propina para empreiteiras. Ele é alvo de cinco pedidos de inquéritos por par-

te do ministro Edson Fachin, do Supremo; o caso da Cidade Administrativa é um deles.

Segundo depoimento de BJ, quando Aécio assumiu o governo de Minas pela segunda vez, em 2007, ele o chamou para uma reunião e indicou Oswaldinho, como Costa Filho é conhecido. O ex-executivo então enviou um subordinado, o chefe da empreiteira em Minas, Sérgio Neves, para a missão.

Neves também é delator e corroborou a versão. Oswaldinho dividiu o projeto em três partes. O segundo lote caberia à Odebrecht, com participação da Queiroz Galvão e OAS. As outras líderes de lotes eram a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez.

Neves relatou a BJ que teria de ser pago 3% de propina que, segundo Oswaldinho teria lhe dito, se direcionaria a campanhas futuras de Aécio. BJ autorizou o pagamento, por "confiar" no interlocutor,

que é contraparte de Aécio (casado com a filha do padastro do político).

A Odebrecht disse ter lucrado R\$ 90 milhões no negócio, estimado em R\$ 360 milhões. A Cidade Administrativa é um dos símbolos da gestão Aécio. Custou R\$ 2,1 bilhões e foi inaugurada em 2010.

Em outro pedido de inquérito, Fachin pede para apurar se Aécio recebeu R\$ 50 milhões da Odebrecht e da Andrade Gutierrez para defender seus interesses na tramitação da obra das usinas hidrelétricas do rio Madeira (Santo Antônio e Jirau).

Segundo os delatores Marcelo Odebrecht (presidente do grupo) e Henrique Valladares (da área de energia), em uma reunião em fevereiro de 2008 ambos discutiram com Aécio o setor elétrico, e o então governador mineiro disse que eles seriam procurador por Dilma Toledo (que havia sido di-

retor da estatal energética mineira Furnas).

Na reunião não foi discutida propina, disse Valladares, mas quando ambos saíram Odebrecht disse que estava acertado que a empresa daria R\$ 30 milhões e a Andrade, R\$ 20 milhões. Aécio já negou em outras oportunidades tal acerto. Afirma que não tinha ingerência alguma sobre obras do governo federal. Os delatores não indicam qual vantagem teria sido auferida pelo acordo que relatam.

Segundo eles, os pagamentos parcelados em R\$ 1,5 milhão e R\$ 2 milhões foram feitos em contas no exterior, mas Valladares só se recorda de uma em Cingapura de nome "Accioly" - os investigadores querem saber se há alguma relação com um amigo de Aécio, o empresário Alexandre Accioly, que não foi localizado para comentar o caso.

Não mesmo despacho, Fachin lembra que outra dela-

ção, do diretor Alexandrino de Alencar, descreve valores idênticos a serem pagos com o mesmo fim para o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que por sua vez os teria distribuído entre si, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), o deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) e o deputado Arlindo Chinaiglia (PT-SP). Todos negam.

Outro lado

O senador já negou várias vezes ter havido irregularidades na obra. Em nota recente, disse que "o edital de construção da Cidade Administrativa foi previamente apresentado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado e as obras auditadas durante sua execução por empresa independente contratada via licitação pública, não tendo sido apontada qualquer irregularidade durante todo o processo". A reportagem não conseguiu contato por telefone com Oswaldinho. (Folhapress)

► MAIS LAVA JATO

Lula negociou caixa 2 a campanha de Haddad

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), enviou para a Justiça de São Paulo relatos de delatores da Odebrecht, que afirmam terem feito doações por meio de caixa dois à campanha do petista Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo com a expectativa da aprovação de medidas favoráveis aos interesses da companhia.

Segundo os delatores, as transações foram ajustadas entre executivos do grupo - princi-

palmente Alexandrino Alencar e Marcelo e Emilio Odebrecht - com o ex-presidente Lula e "outros integrantes do PT".

Os três colaboradores noticiaram o "pagamento de valores em favores de João Santana", que seriam "obrigações decorrentes da mencionada eleição". A empresa, segundo os delatores, buscava - além da aprovação de medidas legislativas de seu interesse - a concessão de incentivos fiscais pela Prefeitura de São Paulo. (Folhapress)

► DE SARNEY A DILMA

Delações mencionam os cinco ex-presidentes vivos

As delações de ex-executivos da Odebrecht mencionaram os cinco ex-presidentes da República ainda vivos: José Sarney (PMDB), Fernando Collor (PTC), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT).

Os pedidos relacionados a Dilma, Lula, FHC e Sarney - que não têm mais foro no STF (Supremo Tribunal Federal) - foram encaminhados pelo ministro Edson Fachin, re-

lator da Lava Jato, a instâncias inferiores. No caso de Collor, Fachin decidiu pela abertura de inquérito já que o parlamentar mantém foro no Supremo por ser senador.

Segundo o ex-diretor de relações institucionais da Odebrecht Alexandrino Alencar, a petista Dilma Rousseff - chefe do Executivo de 2011 até maio de 2016 - recebeu "vantagens indevidas, não contabilizadas, no âmbito da campanha eleitoral no ano

de 2014". Ela sempre negou o recebimento de qualquer vantagem indevida.

Investigações

O ministro Edson Fachin determinou a abertura de inquérito contra oito ministros do governo Michel Temer (PMDB), 24 senadores e 39 deputados federais. Serão abertas 76 investigações pedidas pela Procuradoria-Geral da República após as delações da Odebrecht. (Folhapress)